

“ O SISTEMA POLÍTICO CONVERTE-SE NUM ADVERSÁRIO FUNCIONAL ”

Da catarse cívica e da persistência do mesmo

As recentes eleições presidenciais constituíram, uma vez mais, um momento privilegiado de observação da psicologia cívica nacional. Encerrado o ciclo eleitoral, dissipadas as emoções do debate e atenuado o ruído mediático, o país regressou rapidamente à sua cadência habitual, revelando a notável estabilidade de comportamentos políticos que parecem atravessar gerações com escassa variação substantiva.

Já Júlio César, cônsul da República Romana e general de reconhecida autoridade política e militar, observava, nos confins da Ibéria, a existência de um povo que nem se governava nem se deixava governar. A distância temporal não diminui a pertinência da observação. Antes pelo contrário, a análise atenta da vida pública portuguesa contemporânea sugere a sobrevivência de traços comportamentais que resistem ao tempo, aos regimes e às sucessivas consultas eleitorais.

A observação cuidada do espaço cívico nacional permite identificar um fenómeno de natureza quase psicológica que transcende conjunturas

políticas específicas. Trata-se de uma inclinação persistente para a queixa sistemática, acompanhada por uma resistência igualmente persistente à alteração efectiva dos comportamentos políticos. O lamento público não surge como simples acessório do discurso democrático, mas como mecanismo regular de autorregulação emocional colectiva.

O cidadão que protesta encontra, na crítica verbal ao sistema, uma forma de catarse socialmente legitimada. Ao verbalizar a sua insatisfação, experimenta uma sensação momentânea de lucidez e de superioridade moral, como se o simples acto de apontar as falhas do Estado o colocasse numa posição exterior e intelectualmente elevada face à ordem que critica. Todavia, essa crítica raramente se converte em acção consequente. Pelo contrário, esgota-se no próprio acto de ser proferida.

No momento eleitoral, quando a coerência exigiria a tradução do descontentamento em escolha efectiva, verifica-se um curioso fenómeno de retração psicológica. O voto tende a reproduzir padrões habituais,

funcionando como refúgio na previsibilidade do conhecido. A mudança, ainda que desejada em abstracto, é percebida como ameaça concreta. Mesmo em eleições presidenciais, frequentemente investidas de forte carga simbólica, o comportamento eleitoral revela uma preferência

pela continuidade segura em detrimento do risco assumido.

Este comportamento evidencia uma tensão interna entre o desejo abstracto de mudança e o receio concreto da responsabilidade que essa mudança implica. Votar de forma diversa exige aceitar que o eventual

fracasso futuro possa ser imputado à própria escolha, e não a uma entidade difusa e convenientemente designada por sistema. A ironia reside no facto de que, ao evitar esse risco, o eleitor preserva intacto o direito permanente à queixa após o acto eleitoral.

Deste modo, o sistema político converte-se num adversário funcional. É suficientemente próximo para ser alvo de censura quotidiana e suficientemente abstracto para jamais ser plenamente responsabilizado. O cidadão estabelece assim uma relação paradoxal com o poder, simultaneamente cúmplice, hostil e dependente, relação essa que se renova a cada eleição, independentemente do seu desfecho.

Este ciclo reforça-se através de uma forma subtil de fatalismo histórico, segundo a qual nada muda verdadeiramente, ainda que tudo seja incessantemente comentado. Tal crença não decorre tanto da experiência empírica da mudança falhada, mas da recusa prévia em experimentar a mudança em termos efectivos. O acto eleitoral, mesmo ao mais alto nível institucional, assume então a natureza de ritual repetitivo, tran-

quilizador precisamente por ser inócuo.

Uma democracia amadurecida exige mais do que cidadãos eloquentes na crítica ou momentaneamente mobilizados em períodos eleitorais. Exige indivíduos capazes de suportar o desconforto psicológico da coerência, isto é, a capacidade de alinhar convicções, discurso e acção, aceitando a possibilidade do erro como preço inevitável da responsabilidade cívica.

Enquanto a queixa continua a funcionar como substituto da acção, o sistema não apenas sobreviverá, como será continuamente alimentado por aqueles que mais ruidosamente o denunciam após cada ciclo eleitoral. A ironia suprema consiste no facto de que o cidadão que se julga vítima do sistema é, em rigor psicológico, um dos seus mais fiéis sustentáculos.



CÉSAR DEPAÇO

“ Já Júlio César, cônsul da República Romana e general de reconhecida autoridade política e militar, observava, nos confins da Ibéria, a existência de um povo que nem se governava nem se deixava governar ”

CÉSAR DEPAÇO
Empresário e filantropo
Cônsul ad honorem de Portugal entre 2014 e 2020
Fundador e Director Executivo da Summit Nutritionals International Inc.
Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Fundação DePaço
Defensor incondicional das forças de segurança e dos princípios conservadores

ESTAMOS A CRESCER!

O jornal Luso-Americano e a World News Network **WNN** estão a desenvolver oportunidades para todos os nossos anunciantes, leitores, assinantes e público em geral.

LUSOAMERICANO TV

Transmissões em português às segundas, quartas e sextas-feiras às 7 da tarde e aos sábados o TV Magazine às 6 da tarde

Siga-nos nas edições de 4ª feira e de 6ª feira assim como no website www.lusoamericano.com, quiosque e redes sociais: Facebook, Youtube, Instagram e em breve acesso directo na nossa APP!

Luso-Americano Office • 66 Union St., Newark, NJ 07105 • Tel.: (973)344-3200
WNN Broadcasting Studio • 560 Market St., Newark, NJ 07105 • Tel.: (908)220-4033